

**EDITORIAL**

**Vol. 7, Núm. 16, jan./abr., 2020.**

Com a chegada desta edição de número 16, a Revista Culturas Jurídicas (RCJ), periódico editado pelo Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (PPGDC/UFF), inaugura o ano de 2020, seu sétimo ano de existência e publicações. Neste novo número trazemos na linha editorial a temática *Culturas Jurídicas e Políticas Públicas: a vulnerabilidade social no ambiente natural/urbano*, cujo desenvolvimento foi possível através do recebimento de contribuições provenientes de autores(as) e pesquisadores(as) brasileiros(as) e estrangeiros(as), sempre com foco na manutenção e elevação do nível de excelência já atingido por esta publicação, e que confere ao periódico a categoria de Qualis A2, atribuída pela CAPES.

Como de costume, buscamos desta vez trazer os temas da Pesquisa Jurídica e do Ensino do Direito para o ambiente da América Latina e do Direito Constitucional, sendo estas as marcas que identificam a RCJ na comunidade acadêmica brasileira. Neste sentido, aqui trazemos catorze artigos da lavra de professores(as) que lecionam Direito Constitucional em seus países e instituições, artigos de pesquisadores(as) que questionam o próprio ensino jurídico em si mesmo, bem como a pesquisa jurídica, fazendo-nos refletir sobre as escolhas que fazemos diuturnamente.

O primeiro bloco de artigos aborda diferentes culturas jurídicas e temas relacionados a lutas sociais em prol da superação da pobreza e das desigualdades socioeconômicas, apresentando visões críticas acerca da realidade contemporânea no Chile e no México, bem como na experiência soviética do Século XX.

Nosso primeiro artigo é da lavra do Professor Doutor **Eric Eduardo Palma González**, Doutor em Direito pela Universidade de Valladolid, Espanha; e Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade do Chile. Com o título “**Notas sobre o processo constituinte chileno 2019-2020**”, o texto expõe as características mais relevantes do processo constituinte atualmente em curso no Chile, a partir de questões que buscam ordenar o relato do que vem ocorrendo no Chile desde 18 de outubro de 2019. O texto foi traduzido do original em espanhol para o português por Isabella Oliveira de Carvalho e Victoria Lourenço de Carvalho, ambas mestrandas no PPGDC-UFF. A revisão da tradução foi realizada por Enzo Bello, docente do PPGDC-UFF e editor-chefe da RCJ.

Em seguida, apresentamos nosso segundo artigo, do Professor Doutor **Alejandro Rosillo Martínez**, Doutor em Direitos Humanos pela Universidad Carlos III de Madrid, Espanha; e Professor pesquisador da Universidad Autónoma de San Luis Potosí, México. O artigo é intitulado **“Globalización, derechos humanos y civilización de la pobreza: repensar derechos humanos en el contexto de la colonialidad del poder desde el pensamiento de Ignacio Ellacuría”** / **“Globalização, direitos humanos e civilização da pobreza: repensar direitos humanos no contexto da colonialidade do poder desde o pensamento de Ignacio Ellacuría”**, publicado em sua versão original em espanhol e na sua tradução para o português. A partir da análise das diversas visões que existem sobre os direitos humanos, o autor estabelece as funções de cada uma na Globalização. Para propor o conteúdo de uma visão libertadora, parte do pensamento descolonial para compreender a Globalização como o momento atual do sistema moderno colonial capitalista, e se aprofunda na Filosofia da Libertação de Ignacio Ellacuría, principalmente em seu conceito de “civilização da pobreza”. O texto foi traduzido do original em espanhol para o português por Flaiza Sampaio, mestranda no PPGDC-UFF. A revisão da tradução foi realizada pelo próprio autor do texto.

O terceiro artigo desta edição foi escrito pelo Professor Doutor **Ricardo Prestes Pazzo** (Doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná - UFPR e Professor do PPGD-UFPR, Paraná, Brasil) e pelo Professor Doutor **Moisés Alves Soares** (Doutor em Direito pelo PPGD-UFPR e Professor do Curso de Direito da UNISOCIESC, Santa Catarina, Brasil). O artigo é intitulado **“Stutchka e as contribuições para a Cultura Jurídica Soviética Revolucionária”** e almeja apresentar as contribuições do jurista soviético P. I. Stutchka para uma “cultura jurídica revolucionária”, tendo em vista sua atuação como jurista na Revolução Russa, concebendo uma teoria jurídica para aquela conjuntura.

O segundo grupamento de textos nesta edição contempla debates teóricos e investigação empírica a respeito de temas atuais nas relações envolvendo Estado e Políticas Públicas.

O nosso quarto aporte é da autoria do Professor Doutor **Newton de Menezes Albuquerque** (Doutor em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE; Professor Associado da Universidade Federal do Ceará – UFC e Professor Titular da Universidade de Fortaleza – UNIFOR, Ceará, Brasil) e de **Davi Everton Vieira de Almeida** (Mestrando pelo PPGD-UNIFOR, Ceará, Brasil), intitulado **“A autofagia no Supremo Tribunal Federal: uma análise da Reclamação 31.965/PR à luz da Teoria da Soberania**

**de Jean Bodin**". O texto examina o fenômeno da "autofagia no Supremo Tribunal Federal" (termo usado pelo Ministro Marco Aurélio Mello para se referir à cassação da decisão de um ministro por um de seus pares) em relação ao "ativismo judicial", com o intuito de demonstrar a importância da soberania para a organização do estado, tendo em vista a teoria de Jean Bodin, e a partir de estudo de caso da Reclamação n. 31.965/PR.

A quinta contribuição para esta edição da RCJ foi redigida pelo Professor Doutor **Charles Emmanuel Parchen** (Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC/PR, e Professor do Unicuritiba, Paraná, Brasil), pela Professora Doutora **Cynthia Oblande de Almendra Freitas** (Doutora em Informática pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC/PR; e Professora Titular da Escola de Direito e do Programa de Pós-Graduação em Direito Econômico e Socioambiental da PUC/PR, Paraná, Brasil) e pela Professora **Tássia Teixeira de F.B.E Cavalli** (Doutoranda e Mestra em Direito pela PUC/PR, Paraná, Brasil). O artigo tem por título "**As Fake News na era digital e a ausência de políticas públicas de educação para o uso das TIC'S**", e debate a prática das chamadas *Fake News* no ambiente político e digital brasileiro, para com o intuito de alertar acerca da necessidade de adoção de políticas públicas governamentais que priorizem a educação para o uso das tecnologias, pois considera-se que é na ausência de educação para o uso das tecnologias das TICs que as *Fake News* encontram um cenário ideal para se propagar.

O sexto artigo aportado a este número é da lavra do Professor Doutor **Vinício Carrilho Martinez** (Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo - USP; e Professor Associado da Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR, São Paulo, Brasil) e do Professor **Vinícius Alves Scherch** (Mestrando em Direito pela Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, Paraná, Brasil), e traz como título "**Teorias do Estado no Século XXI: da razão de Estado às fontes disruptivas do Poder Político**". O texto expõe e analisa teorias do Estado no século XXI, aportes teóricos da Razão de Estado e a deformação do Poder Político na prática contemporânea pela utilização da exceção como técnica de governo.

A sétima contribuição é resultado de um trabalho escrito a quatro mãos pelo Professor Doutor **Ilton Garcia da Costa** (Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP; e Professor do Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, Paraná, Brasil) e por **Igor Henrique dos Santos Luz** (Mestre em Direito pelo PPGD-UENP, Paraná, Brasil), e discorre sobre "**A força normativa da solidariedade: entre a adjetivação da dignidade e seu caráter coadjuvante**". O artigo

tem como objetivo analisar o princípio constitucional da solidariedade, no panorama do (neo)constitucionalismo, fenômeno vivenciado no movimento pós-positivista.

No terceiro grupo de artigos desta edição, constam estudos que tratam das distintas formas de regulação do espaço urbano e suas relações com o direito fundamental à moradia adequada.

Em oitavo lugar, apresentamos um artigo fruto de esforço analítico do Professor Doutor **Rodrigo Oliveira Salgado** (Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo – USP; e Professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, Brasil) e do Professor **Fábio Sampaio Mascarenhas** (Mestrando em Direito pela Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, Brasil). O artigo intitulado “*Os Roaring Twenties e a regulação do espaço urbano: o keynesianismo espacial dos antecedentes do New Deal*” tem como objeto a análise da regulação do espaço urbano nos Estados Unidos na década de 1920 e o impacto do *crash* de 1929 para a reconfiguração do setor da construção civil e do mercado imobiliário estadunidense.

O nono trabalho que integra a presente edição foi escrito pelo Professor Doutor **Marcelo Nunes Apolinário** (Doutor em Direito pela Universidad Autónoma de Madrid – UAM, Espanha; e Professor do Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Pelotas – UFPel, Rio Grande do Sul, Brasil) e pela Professora **Vanessa Aguiar Figueiredo** (Mestra em Direito pela Universidade Federal de Pelotas – UFPel, Rio Grande do Sul, Brasil). Intitulado “*O acesso e exigibilidade ao direito à moradia na perspectiva do Constitucionalismo Dirigente*”, o artigo visa a debater o fenômeno da exigibilidade do direito social à moradia, analisando elementos referentes ao chamado Constitucionalismo Dirigente e à problemática da escassa justiciabilidade do direito à moradia digna, e à correlação com a escassa efetividade das normas programáticas.

O décimo artigo foi elaborado pela Professora Doutora **Betânia de Moraes Alfonsin** (Doutora em Urbanismo pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – IPPUR/UFRJ; Professora do Programa de Pós-graduação em Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público - RS – PPGD-FESMP, Rio Grande do Sul, Brasil) e por **Débora Carina Lopes** (Mestra em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Rio Grande do Sul, Brasil), **Fernanda Madalosso Guimarães** (Graduada em Direito pela Fundação Escola Superior do Ministério Público - RS – PPGD-FESMP, Rio Grande do Sul, Brasil), **Ivone Fátima Mariussi** (Mestranda em Direito pelo Programa de Pós-graduação em Direito

da Fundação Escola Superior do Ministério Público - RS – PPGD-FESMP, Rio Grande do Sul, Brasil), **Paulo Eduardo Berni** (Doutorando em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Rio Grande do Sul, Brasil; Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Santa Catarina, Brasil) e **Pedro Prazeres Fraga Pereira** (Mestrando em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Rio Grande do Sul, Brasil). O artigo tem como título “**Descaracterização da Política Urbana no Brasil: desdemocratização e retrocesso**”, e explora o processo de modificações legislativas e institucionais da Política Urbana no Brasil após o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff (2016).

Nossos quatro próximos aportes tratam da temática dos direitos humanos, entrelaçada com as dimensões do meio ambiente, da natureza e de grupos sociais vulneráveis.

O décimo-primeiro artigo deste número foi elaborado pela Professora Doutora **Giulia Parola** (Doutora em Direito pela Université Paris V – René Descartes, França; e Professora Visitante do Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – PPGD/UNIRIO, Rio de Janeiro, Brasil). O artigo tem como título “**O Acordo de Escazu 2018: as novidades introduzidas pelo Acordo, rumo a uma democracia ambiental na América Latina e no Caribe e o impacto da COVID-19 no processo de ratificação**”. O texto tem como objetivo comparar a Convenção de Aarhus da UNECE de 1998 sobre o acesso à informação, a participação do público na tomada de decisões e o acesso à justiça em questões ambientais, e o Acordo Escazú da CEPAL de 2018 sobre o Acesso à Informação, Participação e Justiça em Matérias Ambientais na América Latina e no Caribe. Este texto traz o resultado da pesquisa elaborada pela autora durante seu período de Estágio de Pós-Doutorado no PPGDC-UFF.

A décima-segunda contribuição é obra do trabalho conjunto das Professoras **Aline Andrighetto** (Doutoranda em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, Rio Grande do Sul, Brasil; Mestra em Direito pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI, Rio Grande do Sul, Brasil) e **Siméia da Silva Barbosa** (graduada em Direito pelo Centro Universitário Cenecista de Osório, Rio Grande do Sul, Brasil). Com o título “**A importância da afirmação de direitos para o empoderamento da mulher negra**”, o texto tem como objetivo examinar a colaboração dos movimentos sociais de mulheres negras na seara jurídica, assim como a violação no mercado de trabalho ao direito fundamental à igualdade de tratamento assegurado constitucionalmente.

O décimo terceiro artigo é da lavra do Professor Doutor **Antonio Hilario Aguilera Urquiza** (Doutor em Antropologia pela Universidad de Salamanca, Espanha; e Professor Associado da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS, Mato Grosso do Sul, Brasil), e de **Marco Antônio Rodrigues** (Mestrando em Direito pelo PPGD-UFMS) e **Andrea Lucia Cavararo Rodrigues** (Mestra em Direito pela UFMS, Mato Grosso do Sul, Brasil). Com o título “**Territórios indígenas e capitalismo: observações sobre a abolição da Lei Glass-Steagall, Neoliberalismo e Estado**”, os autores buscam examinar a abolição da Lei *Glass-Steagall* e a concepção neoliberal, articulando esse estudo com as políticas estatais de demarcação de terras indígenas na região fronteira do Estado do Mato Grosso do Sul.

A décima quarta e última contribuição que compõe esta edição foi elaborada pelo Professor Doutor **Gustavo Silveira Borges** (Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Rio Grande do Sul, Brasil; e Professor do Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, Santa Catarina, Brasil) e por **Fábio Gesser Leal** (Mestrando pelo PPGD-UNESC, Santa Catarina, Brasil), e tem como título “**Comum e direitos humanos: interação e novas possibilidades à luz da experiência da rede de horteiros de Medellín**”. O artigo almeja, diante da análise da experiência da Rede de Horteiros de Medellín (Colômbia), verificar se o comum e suas práticas podem servir de mecanismo de realização de Direitos Humanos, de modo a evidenciar a interação entre os conceitos e novas possibilidades.

Publicamos o presente número com a certeza de que as contribuições aqui encartadas mantêm e elevam o padrão de excelência que buscamos continuamente para a RCJ e a pesquisa acadêmica na área do Direito. Reverenciando mais uma vez aos autores e às autoras que nos brindaram com seus trabalhos, recordamos a todos(as) os(as) interessados(as) que as portas da RCJ se mantêm abertas para receber trabalhos que estejam empenhados em fortalecer o diálogo entre as diversas culturas jurídicas, bem como discutir criticamente os temas que tenham impacto na sociedade em geral.

Prof. Dr. Enzo Bello  
(Editor-Chefe da RCJ)

Mestranda Bruna Jakobi  
(Editora-Assistente da RCJ)

Mestranda Giuliana Casazza  
(Editora-Assistente da RCJ)

Mestra Karina Freire  
(Editora-Assistente da RCJ)

Mestranda Lilian Nascimento  
(Editora-Assistente da RCJ)

Mestranda Maria Clara C. M. Cosati  
(Editora-Assistente da RCJ)

Mestre Renato Barcellos  
(Editor-Assistente da RCJ)

Mestrando Rodolfo Bastos Combat  
(Editor-Assistente da RCJ)

Mestranda Samara Rebeca de O. Costa  
(Editora-Assistente da RCJ)

Mestranda Victoria L. de C. e Gonçalves  
(Editora-Assistente da RCJ)

Mestranda Thaiana Conrado Nogueira  
(Editora-Assistente da RCJ)